

MOBILIZA

Nº08

Jornal do Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais
dos Municípios do Rio de Janeiro - SINDISEP/RJ

BRASIL, MOSTRA SUA CARA

PELO FIM DO GOVERNO CORRUPTO E ASSASSINO

O Brasil está sendo destruído, em todos os sentidos, pelo embusteiro que se instalou no Palácio do Planalto. Desde o descaso e a falta de fiscalização com o meio ambiente, passando por graves casos de corrupção e culminando com a maior crise sanitária da nossa história, que já vitimou quase 450 mil vidas em números oficiais (mas o total pode ser muito maior).

A pandemia do coronavírus trouxe muitas dificuldades para todo o mundo, entretanto, aqui no Brasil, o caso tomou proporções apocalípticas devido à atuação nefasta do governo de Jair Bolsonaro e seu ministro da economia, Paulo Guedes.

Em plena crise sanitária, onde mais de 19 milhões de pessoas estão passando fome no país, o governo insiste em manter a política de teto de gastos, que corta investimentos nos serviços públicos e impede que o Estado socorra com um auxílio emergencial decente os desempregados e as pequenas e médias empresas que sofrem com o necessário isolamento social.

Não há nenhum projeto de recuperação da economia, nem a médio nem longo prazo. Ao invés disso, o governo federal age como Pôncio Pilatos e tenta se eximir de sua responsabilidade no combate

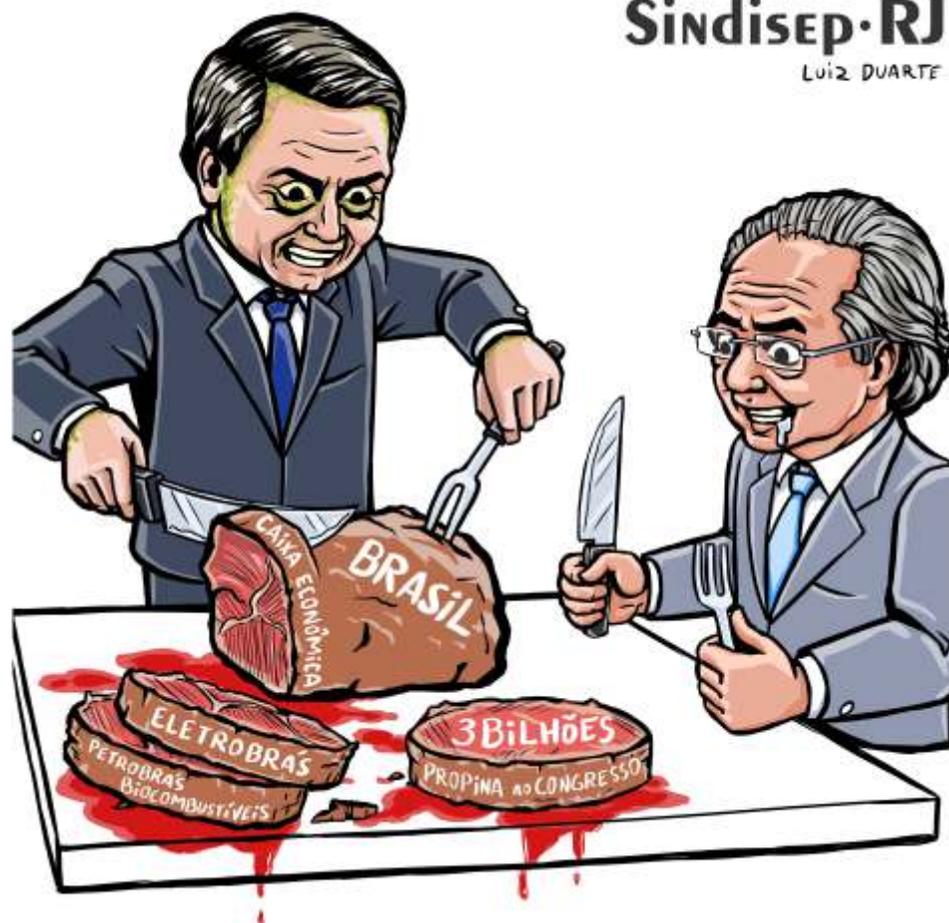
à pandemia para fazer um jogo eleitoral, pressionando governadores para esconder seu crime de não garantir as vacinas que impediriam o genocídio que estamos presenciando.

Brasil à venda

Aproveitando o desastre que criaram, a privatização da Eletrobrás avança. A Petrobrás Biocombustíveis será vendida, junto com seu patrimônio tecnológico. Os Correios seguem na mira, assim como a Casa da Moeda e tantas outras estatais, todas para serem entregues aos amigos e aliados do “homem da casa de vidro”. No Rio de Janeiro, essa mesma política de privatização acabou de entregar a CEDAE.

Recentemente, foi descoberto um desvio de dinheiro do orçamento da União de 3 bilhões de reais para favorecer aliados do governo do chamado Centrão. Tratores superfaturados, emendas direcionadas para aliados políticos com o intuito de enriquecimento ilícito desses parlamentares fizeram parte dessa “farra” das emendas bolsonaristas.

Mas nada pode ser mais revoltante do que a notícia que foi confirmada na última semana na CPI do genocídio: o executivo da empresa Pfizer afirmou, diante dos senadores e das



SINDISEP-RJ
LUIZ DUARTE

televisões, que a empresa poderia ter garantido ao Brasil quantidades de vacinas que impediriam a morte de milhares de pessoas. Entretanto, nas reuniões que foram feitas nesse sentido com representantes do governo federal, a oferta foi rejeitada pelo com a justificativa de que não havia necessidade naquele momento. Resultado: o Brasil já chora por mais de 440 mil vidas perdidas.

A presença de Bolsonaro na cadeira de presidente da República é um escárnio e não podemos esperar mais: precisamos travar essa luta nas ruas, com o povo!

Mantendo todos os cuidados necessários é preciso nos manifestar e ir às ruas.

Pela vida! Por Serviços Públicos! Pela Vacina! FORA BOLSONARO GENOCIDA!!



POVO NA RUA
FORA BOLSONARO

29/05

10h - MONUMENTO A ZUMBI DOS PALMARES - CENTRO

Derrubado o "puxadinho" das patentes das multinacionais

Depois de muito tempo, foi julgada pelo STF a ADI 5529, declarando inconstitucional a extensão do prazo das patentes

As patentes de invenção são monopólios concedidos pelo Estado, para as empresas que desenvolvam novas tecnologias, recuperem seus investimentos, através de vantagens concorrenciais e impedindo outros de imitar suas inovações. Também serviriam, em tese, para estimular a pesquisa, para fins de geração de outras inovações.

A lei brasileira (Lei 9.279/96) garante um prazo de 20 anos de exclusividade de tal privilégio. Porém, também previa uma vigência mínima de 10 anos para a ela, após seu reconhecimento pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o INPI, criando um terreno fértil para multinacionais ampliarem seus lucros para além do padrão de 20 anos, se a decisão do Instituto demora mais de 10 anos para ser dada.

Agora, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 13 de maio, que essa extensão é inconstitucional, impedindo que pedidos em andamento tenham sua vigência ampliada para além dos 20 anos. Mais do que isso, o plenário estipulou que as patentes de fármacos e equipamentos da área de saúde, vigentes com base nesse mecanismo, não terão mais o prazo estendido, passando ao domínio público. Infelizmente, a declaração de inconstitucionalidade não alcança as patentes vigentes em decorrência desta extensão do prazo em outras áreas técnicas, mas mesmo assim é um importante avanço, pois, historicamente, as trabalhadoras e os trabalhadores do INPI, denunciavam os malefícios desta extensão para o nosso País.

O sistema de patentes é usado por multinacionais para cercar áreas de conhecimento tecnológi-

co, impedindo a atuação e restringindo o desenvolvimento por seus concorrentes, mesmo que os méritos destas invenções sejam questionáveis. Nesses casos, a defesa e a manutenção dos pedidos de patentes é garantida pelo forte poder econômico dessas multinacionais, via poder judiciário. Por exemplo, se há demora para uma decisão final de indeferimento, os escritórios de advocacia destas multinacionais fazem valer a expectativa de direito de seus clientes, a possibilidade de concessão, como se já estivesse em vigor. Também é comum observar a apresentação de recursos e petições nos processos, muitas vezes com cunho procrastinatório, que mantêm a bola em jogo e o dinheiro entrando.

Não à toa, os grandes escritórios de advocacia que atuam na área gritaram, contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), apontando que o INPI "demora demais" em decidir (ignorando que os seus trabalhadores estão entre os mais eficientes do mundo). O próprio Presidente do STF denunciou o uso de instrumentos de pressão, como matérias pagas em grandes jornais, contrariando o Estatuto da Advocacia, para falar dos supostos "riscos" da decisão.

Ainda, para além da importante conquista do povo brasileiro, de ter acesso à tecnologias vitais em tempo razoável e a preços justos, outra questão crítica deve ser exposta a partir do debate feito no STF: O atraso na decisão dos pedidos de patentes (que eventualmente acionava o mecanismo declarado como inconstitucional) não é outra coisa senão o reflexo do subinvestimento no escritório de exame

(INPI). Ora, o trabalho que as servidoras e os servidores do INPI têm feito equivale a tentar esvaziar a Baía da Guanabara com baldes, o quê, devemos reconhecer, mesmo com grande esforço, apesar de salários congelados e perdas inflacionárias superiores a 30% em seus salários, dentro do atual contexto de falta de pessoas, se faz muito aquém do necessário para resolver a questão.

A "solução" apontada pela atual direção do INPI para combater essa demora, tem sido, na realidade, cercear a atividade do examinador, restringindo e vetando o uso de ferramentas de trabalho, induzindo o servidor público a copiar e colar decisões tomadas em outros países, normalmente dos locais de origem dos mesmos interesses em jogo (no caso de medicamentos, por exemplo, os grandes laboratórios farmacêuticos), de forma que, na falta de elementos para o indeferimento, os examinadores são estimulados a conceder (mesmo sem plena convicção) monopólios de patentes, em sua quase totalidade para organizações estrangeiras.

Nota-se que ambas as situações representam um ganha-ganha para as grandes multinacionais: pois se, por um lado, há demora na decisão, elas empurram para frente a vigência de patentes sem mérito (independente de haver mecanismo de extensão extraordinária de prazo, como o que foi derrubado), e seu exército de advogados, coíbe qualquer tentativa de uso por terceiros; por outro lado, se o exame é acelerado, mas com todo tipo de flexibilização e limitação, maior é a



chance de ser concedida uma patente com méritos duvidosos, e, portanto, prejudicial ao interesse de desenvolvimento tecnológico, econômico e social do País.

A solução defendida pelos trabalhadores é outra! É a realização urgente de concursos públicos para cargos de nível superior e intermediário, bem como a revogação de todos os procedimentos que visam cercear as atividades de exame e precarizar a qualidade do serviço prestado à sociedade. Nesse sentido, o próprio STF, ao debater esta ADI, apontou a grave falta de pessoal no INPI, questão sempre levantada pelo SINDISEP-RJ, mas que o ministro Guedes se recusa a admitir.

Seguiremos lutando, em defesa das servidoras e servidores do INPI, sempre!

**SINDISEP-RJ presente!
Concurso já!**

EXPEDIENTE

SINDISEP/RJ - Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro.

ENDEREÇO: Rua Visconde de Inhaúma, 58, sala 1108, Centro. CEP: 20.091-007. **CONTATOS:** www.sindisep-rj.org.br | (21) 2544-1043 | sindisep.rj@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL: Victor Madeira, Raul Bittencourt, Eduardo Lima, Edna Rosa, Wellington Cruz, Alexander Noronha e Antônio Carlos Castilho.

PROJETO GRÁFICO: Henderson Laurentino | **DIAGRAMAÇÃO:** Heron Barroso (DRT/RJ 35.599) | **ASSESSORIA:** Vanieverton Anselmo

Funcionários da EBSEERH protestam em frente ao HUAP

Luta por direitos e contra a redução salarial segue crescendo na categoria

Apesar da decisão pró-patronal do Tribunal Superior do Trabalho (que em liminar inviabilizou a greve das empregadas e empregados públicos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEERH, ao decidir que 100% das equipes hospitalares deveriam manter-se trabalhando), permanece importante a pressão por um Acordo Coletivo digno, que reconheça direitos históricos da categoria.

No dia 20 de maio, foi realizado

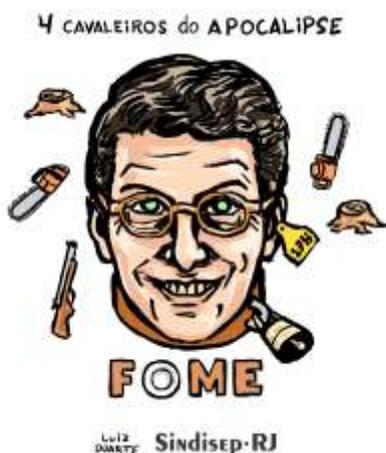
um protesto na porta do Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), que mobilizou, ao longo da manhã, algumas dezenas de trabalhadoras dentro e fora do hospital, deixando claro que a luta por direitos é o único caminho possível.

O protesto, organizado pela Comissão Local de Mobilização e pelo Sindisep-RJ, contou com o apoio do SINTUFF e fortaleceu o Dia Nacional de Mobilização puxado pela CONDSEF.



Nota de apoio às trabalhadoras e aos trabalhadores do IBAMA

Operação da Polícia Federal revela o que todos desconfiavam: há algo de podre na relação entre o ministro do “Desmatamento” Ricardo Salles e madeireiras clandestinas



O Sindisep-RJ se solidariza às trabalhadoras e aos trabalhadores do IBAMA que, através de suas associações, têm denunciado os desmontes e ataques do governo Bolsonaro/Paulo Guedes no âmbito das políticas ambientais.

O ministro Ricardo Salles e sua equipe sempre expressaram, através de mandos e desmandos, todo o seu desprezo pelos servi-

dores de carreira do IBAMA e às políticas de preservação do meio ambiente nacional.

Este é o governo da queimada e da motosserra, do desmatamento e da legalização da grilagem, do desrespeito ao servidor e dos "especialistas" em bajulação nas redes sociais.

A operação da Polícia Federal para apurar crimes e favorecimento de criminosos ambientais só retrata aquilo que todos nós já

sabíamos: estamos sob um governo corrupto, inimigo do meio ambiente e assassino de seu próprio povo!

Por fim, é urgente a exoneração de Salles e sua turma, bem como a punição de eventuais condutas criminosas por eles cometidas, além da reparação dos danos ambientais que deram causa, por ação ou omissão!

Fora Salles, Guedes e Bolsonaro!

PEC 32 aprovada por governistas na CCJ

Projeto de Bolsonaro e Paulo Guedes aniquila o serviço público e prejudica atendimento à população mais pobre

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, presidida pela bolsonarista Bia Kicis (PSL) aprovou a Proposta de Emenda Constitucional nº 32 (“Reforma” Administrativa), com 39 favoráveis e 26 contrários.

Na bancada do mal, o Rio de Janeiro foi “representado” por Carlos Jordy (PSL) e Soraya Santos (MDB), velhos conhecidos dos servidores, sempre votando contra o povo e a favor de Bolsonaro.

Jordy desferiu ataques aos servidores públicos e defendeu o fim dos serviços públicos, que passariam a ser subsidiários aos serviços privados, só existindo onde esses não forem prestados. Isso acabaria com a educação e saúde públicas, que poderiam ser privatizadas.

Denunciem esses deputados nas redes sociais e os lembrem que quem votar contra o povo, não volta!



Salvar vidas ou deixar Bolsonaro “sangrar”?

Dia 29 de maio, o Sindisep-RJ estará na rua pelo Fora Bolsonaro. Você vai participar ou se omitir?

As pesquisas de opinião recentemente divulgadas dão conta do derretimento da popularidade de Bolsonaro e seu “governo”, bem como revelam o crescimento e solidificação de uma candidatura de oposição para as eleições de 2022, em razão da profunda crise econômica provocada pelos “ajustes” neoliberais do banqueiro-ministro Paulo Guedes e da política de genocídio implementada pelo general Pazuello (a mando de Bolsonaro), no Ministério da Saúde.

Diante de tal cenário, alguns setores da sociedade apontam que é “necessário” manter Bolsonaro sangrando na cadeira de Presidente da República, apesar de toda a catástrofe humana por ele provocada diariamente (que vai desde às escandalosas privatizações até aos covardes ataques ao serviço público), para enfraquecê-lo eleitoralmente, permitindo uma vitória mais fácil da dita “oposição”... Ora, o cálculo eleitoral pode até ser verdadeiro, mas o custo humano é inaceitável, e quem o aceita como algo “necessário” ou “inevitável”, se voluntaria como cúmplice do genocídio bolsonarista!

Com Bolsonaro e sua turma no poder, sabotando as medidas

urgentes de saúde, o número de mortos não irá recuar de forma significativa, e nem a 2ª onda da Covid-19 será superada. O que se mostra ainda mais assustador quando se vê no horizonte uma 3ª onda da doença, possivelmente mais agressiva e mais letal. No Brasil, com uma média de mais de 2.000 mortes por dia, até que haja a tão “esperada” posse de um novo governo, em 1º de janeiro de 2023, poderemos chegar a 1.500.000 óbitos na pandemia. Mortes evitáveis, causadas pela ausência de vacinação e de políticas concretas de saúde.

Se tais números já são assombrosos, destacamos que eles não consideram os milhares de mortos por fome, em razão do desastre econômico provocado por Paulo Guedes e da falta de políticas sociais e de assistência, além de outras muitas vítimas, em razão do aumento da violência fascista contra o povo pobre e os movimentos sociais!

O Sindisep-RJ - na qualidade de sindicato classista, de sindicato que tem lado, o lado dos servidores públicos, o lado do povo pobre, o lado da classe trabalhadora - não aceita e não participará desse jogo desprezível, que troca milhares de vidas pela possibili-



dade de fortalecimento de uma candidatura “salvadora” na disputa eleitoral em 2022. A imediata saída de Bolsonaro e sua trupe de banqueiros e generais do poder é indispensável, para salvar vidas, para salvar o serviço público e para garantir um futuro digno para todas e todos!

Dia 29 de maio, 10h00 no Monumento do Zumbi de Palmares, na Av. Presidente Vargas, tem protesto na rua, pelo Fora Bolsonaro, por comida e trabalho para quem precisa, por serviços públicos e por vacinação para todas e todos, nós estaremos lá e contamos com você!

**É vacina no braço,
É comida no prato,
É serviço público
de fato!
É fora Guedes
e Bolsonaro!**

29/05



**POVO NA RUA
FORA BOLSONARO**

10h - MONUMENTO A ZUMBI DOS PALMARES - CENTRO